



O papel dos Estados Unidos na crise brasileira contemporânea: Jessé Souza e o conceito de imperialismo informal¹

Marcos Abraão Ribeiro²

Resenha do livro:

SOUZA, Jessé. *A guerra contra o Brasil. Como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2020.

O conceito de imperialismo tem sua história vinculada à teoria marxista, precisamente a autores como Lênin e Burakin (Vieira, 2011: 42). Baseado no conceito de imperialismo, seria possível considerar o capitalismo como sistema mundial (Vieira, 2011: 45). No entanto, a utilização clássica do conceito terminava representando os processos econômicos e políticos e como eles se manifestavam a começar da metrópole. Ou seja, as relações entre os países industrializados e aqueles vendedores de matérias-primas por intermédio da reprodução ampliada do capital (Ianni, 1988: 140).

Fundado na economia política marxista, o conceito foi utilizado por autores latino-americanos para compreender as ações e impactos dos países centrais sobre os periféricos, sobretudo os Estados Unidos, nos anos de 1960 e 1970, por meio da teoria da dependência. São autores importantes da vertente marxista,

1 Gostaria de agradecer a Carlos Eduardo Santos Pinho pela leitura atenta e as importantes sugestões que, na medida do possível, tentei incorporar. Contudo, é importante lembrar que as ideias defendidas nesta resenha são de inteira responsabilidade do autor.

2 Instituto Federal Fluminense (IFF) campus Campos Centro – Brasil – olamarcos@yahoo.com.br

como André Gunder Frank (1967), Theotônio dos Santos (2000) e Ruy Mauro Marini (2005), por exemplo³. Com suporte nesses trabalhos, seria possível fazer uma análise mais aprofundada das ações do imperialismo, pois deixariam de ser examinadas apenas as relações entre nações, como presente na tradicional teoria do imperialismo (Vieira, 2011). Haveria, portanto, um desdobramento entre os conceitos de dependência e imperialismo, pois eles se integram teórica e empiricamente (Ianni, 1988: 139).

Assim, a teoria da dependência não representa a negação das análises clássicas sobre o imperialismo, mas chama a atenção para a necessidade de compreensão do colonialismo interno, nos países centrais, e da dependência estrutural, nos países periféricos (Ianni, 1988: 146). Por meio da teoria da dependência, portanto, seria possível analisar as ações imperialistas segundo o ponto de vista da nação dominada (Ianni, 1988: 156). É importante citar também o papel da Economia Política Internacional nas análises sobre o “sistema interestatal capitalista”, presente no trabalho de Fiori (2020).

Mesmo criticando, recorrentemente, o marxismo como interpretação “economicista” em seus trabalhos (Souza, 2015; 2017), e sem dialogar com nenhum autor desta corrente teórica, o sociólogo Jessé Souza coloca como desafio a ser enfrentado, no livro resenhado, caracterizar o imperialismo americano e suas formas de atuação no Brasil contemporâneo. O livro se destina a complementar o projeto do autor de construção de uma teoria crítica da modernização periférica (Souza, 2006).

O livro é dividido em uma introdução e três partes denominadas, respectivamente, de “*A construção da ideologia do imperialismo informal americano*”, “*A elite colonizada brasileira e sua estratégia: a transformação do racismo em moralismo*” e “*As metamorfoses do neoliberalismo*”. Levando em conta a exposição dos elementos principais presentes nestas três partes, coloco como questão central a ser respondida ao final da resenha: o ambicioso trabalho teórico de Jessé Souza possui condições efetivas de explicar o domínio e as ações dos Estados Unidos sem a necessidade de diálogo com a tradição marxista, a Economia Política do Desenvolvimento e a Economia Política Internacional?

Na introdução, Souza apresenta sua abordagem sobre o imperialismo americano, baseada na compreensão do papel das ideias e valores para a dominação econômica. Ou seja, o autor defende que um processo de dominação material

3 Também é necessário citar o trabalho de Cardoso e Faletto (1984) que, apesar de se contrapor às interpretações citadas, teve o papel de protagonismo na explicação sobre a relação entre desenvolvimento e dependência na América Latina e no Brasil, em particular.

só pode ser plenamente compreendido quando analisamos a trama das ideias que legitima e justifica a dominação (Souza, 2020). Souza apresenta uma perspectiva nova para a compreensão do imperialismo americano, considerado por ele como informal. Além de oferecer a sua perspectiva para caracterizar e explicar o papel do imperialismo no Brasil, Souza também conecta o livro às suas obras anteriores, como *A radiografia do golpe* (2016) *A elite do Atraso* (2017) e *A classe Média no Espelho* (2018). Existe a reiteração do peso decisivo da escravidão como sociogênese dos nossos dilemas internos mais importantes que, com o livro resenhado, se conectaria ao âmbito externo por intermédio das ações do imperialismo informal americano.

A questão do racismo é outro elemento decisivo do livro, pois no Brasil ele é substituído pelo falso moralismo e impulsionado pelas ideias da extrema direita americana que levará, com o bolsonarismo, à guerra entre os pobres (Souza, 2020: 15). Na introdução, portanto, Souza apresenta os elementos centrais do livro e defende a relevância do seu próprio trabalho para desvendar o domínio americano sobre o Brasil contemporâneo.

Na primeira parte, Souza propõe uma reconstrução material e simbólica do imperialismo informal americano por meio da retoma da discussão realizada em *A Tolice da Inteligência brasileira* (2015) sobre o componente racista da ciência. Para tanto, o sociólogo defende a existência de um racismo primordial que tem o papel de naturalizar a desigualdade: “O que estou chamando de racismo primordial significa a expressão de uma diferença ontológica entre os seres humanos, da qual a manifestação racial será uma das variantes possíveis” (Souza, 2020: 19). Souza defende, portanto, que o racismo primordial é a base da vida social e política. Desta forma, ele procura demonstrar o seu papel na naturalização da desigualdade entre os homens, bem como a dificuldade de ser compreendido e enfrentado.

Para sustentar a força do racismo primordial, Souza defende a continuidade entre religião e ciência. Com suporte na relação de continuação entre as instâncias de explicação do mundo, o sociólogo procura demonstrar a institucionalização das ideias e sua determinação do comportamento prático dos indivíduos (Souza, 2020: 24). O autor também apresenta uma proposição sobre a cadeia funcional das ideias e sua eficácia na vida concreta, que se divide da seguinte forma: a) o nível da produção de ideias abstratas; b) o nível dos operadores dessas ideias abstratas nas constelações de poder fático; e, finalmente c) os divulgadores e popularizadores das ideias dominantes (Souza, 2020: 28). Essa estrutura é fundamental para Souza sustentar sua tese sobre o sucesso científico junto ao grande público.

Para demonstrar de forma concreta o poder do racismo primordial e das ideias para o domínio americano, o sociólogo expõe a teoria da modernização de Talcott Parsons e a interpretação do Brasil formulada por Sérgio Buarque de Holanda, que teriam em comum o culturalismo como elemento estruturante. As duas interpretações demonstrariam a força do culturalismo no Norte e Sul globais, bem como o papel da ciência como reprodutora do racismo primordial que naturaliza a dominação (Souza, 2020: 34). As explicações culturalistas de Holanda e Parsons representam a pseudociência que possui como único encaminhamento a legitimação da dominação, ou seja, o domínio simbólico do imperialismo informal (Souza, 2020: 46). Assim, o suporte da pseudociência torna-se o principal fundamento do imperialismo (Souza, 2020).

Na segunda parte do livro, Souza se debruça sobre o papel da ciência como promotora da dominação simbólica exercida pelos EUA, por meio das ações da elite funcional americana, ou seja, a gênese e a reprodução do imperialismo informal americano. A função da dominação simbólica é internacionalizar as leis e o alcance do Estado de maneira a garantir a expansão do grande capital americano (Souza, 2020: 52). Souza procura sustentar como as ações da elite funcional americana tinham o povo, nos Estados Unidos e no exterior, como principal inimigo. Para tanto, são analisados os seguintes aspectos: 1) a expansão das regras e do aparato legal e econômico do Estado nacional americano para o resto do mundo; 2) a construção, pela elite funcional americana de uma ideologia específica, pensada como estratégia de guerra militar para legitimar esse processo: a produção do consentimento (Souza, 2020: 52-3).

Depois de argumentar sobre a relação intrínseca entre capitalismo e Estado, Souza aponta os elementos necessários para a existência e o domínio do imperialismo informal: “O imperialismo indireto ou informal exige, portanto, uma supremacia econômica e tecnológica que deve se reproduzir indefinidamente e uma ideologia convincente e, se possível, dado o prestígio da ciência, ‘cientificamente comprovada’” (Souza, 2020: 55). De acordo com Souza, o imperialismo informal americano foi criado no contexto do pós-Segunda Guerra, mas seus traços já estavam presentes desde o final do século XIX. Contudo, ele possui diferenças em relação ao imperialismo clássico, sobretudo no que se refere à mudança do domínio meramente comercial para a intervenção industrial e financeira (Souza, 2020: 59).

O tema da corrupção será utilizado como dimensão central para legitimação do imperialismo informal. Desta forma, o imperialismo torna-se algo benéfico, ou seja, a ação imperialista dos EUA é representada como civilizatória (Souza, 2020: 60). Souza argumenta que o imperialismo informal americano

baseia-se nas dimensões financeira e legal para homogeneizar as condições de suas ações nos países de influência, por meio do protagonismo do Departamento do Tesouro e do Departamento de Estado. Assim, os Estados Unidos teriam condições de proteger o capital americano e representar seus próprios interesses como se fossem gerais, sendo este o primeiro fundamento da informalidade do imperialismo norte-americano (Souza, 2020: 62).

Souza afirma que antes das ações imperialistas os Estados Unidos utilizaram medidas de fabricação do consenso contra o próprio povo. A fabricação do consenso, por sua vez, é feita por intermédio da ação conjunta da elite funcional do mercado, do Estado e da imprensa, que formam um campo de dominação simbólica que se reproduz apoiado em uma estrutura tripartite – produção da ciência hegemônica em universidades, *think tanks* e centros de pesquisa (Souza, 2020: 67).

Além de expor a dimensão estrutural da fabricação do consenso, o livro também aborda a dimensão da ação social, isto é, os personagens centrais do imperialismo informal. O primeiro deles é Walter Lippmann, que teve papel central como “intelectual prático”, pois estabeleceu a articulação entre elite funcional e empresa comercial (Souza, 2020: 68). Além das ideias de Lippmann, também são centrais as teses de Gustave Le Bon, com sua psicologia das massas, e de Gabriel Tarde. Com Le Bon seria possível caracterizar o pensamento das massas como ilógico, primitivo e carregado de ilusões (Souza, 2020: 71). Tarde possibilitaria demarcar a importância da imprensa e das agências de informação como canais adequados para a produção de pensamento hegemônico para ser imposto ao público (Souza, 2020: 71). As ideias de Lippmann, Le Bon e Tarde foram decisivas, pois demonstraram que a constituição de uma estreita relação com a imprensa e com os canais de comunicação era um pressuposto do sucesso na produção de consentimento (Souza, 2020: 71). Para demonstrar a eficácia da dominação simbólica e da consequente fabricação do consenso, Souza propõe uma cadeia produtiva de bens simbólicos, formada pela ciência, indústria cultural e de entretenimento e a esfera da propaganda e da imprensa comercial (Souza, 2020: 76).

Depois de apresentar como foi realizada a fabricação interna do consenso e seus elementos principais, Souza expõe as ações externas do imperialismo informal. Como exemplo do consenso fabricado, o sociólogo apresenta a ação feita pela *United Fruits* ao criar notícias acerca de uma falsa ameaça comunista sobre a Guatemala. Como resultado, a empresa conseguiu destruir um governo democrático e manter o monopólio sobre as bananas guatemaltecas. Ações como a da Guatemala e as jornadas de junho de 2013, no Brasil, representam

exemplos de “revoluções coloridas”, que seriam representativas da manipulação da vontade popular. O DNA do imperialismo informal é baseado na fabricação do consentimento, como resultado da união entre os interesses comerciais das empresas e a atuação do Estado americano (Souza, 2020: 81).

Souza (2020: 92) defende que o Pentágono está reduzindo o Exército a níveis pré-Segunda Guerra Mundial e reordenando os gastos, sobretudo com inteligência, com o objetivo de promover “revoluções coloridas” em favor dos interesses dos EUA: “As revoluções coloridas, na definição de Korybko, são as que visam à deposição de regimes não conformes aos Estados Unidos, realizadas sempre em nome dos valores democráticos e da retórica dos direitos humanos” (Souza, 2020: 94).

Souza argumenta que durante décadas foi fomentado, nas melhores universidades americanas e principais institutos de defesa daquele país, um conceito de guerra indireta ou híbrida, que teria como elemento central garantir o domínio dos EUA. A guerra híbrida se divide em duas fases: 1) desestabilização do regime que os interesses geopolíticos americanos desejam derrubar; 2) A segunda fase, que pode ou não se fazer necessária, ocorre por meio do conflito direto mediante a ação conjunta do serviço secreto e de inteligência e do aparato militar clássico (Souza, 2020: 86). A guerra híbrida é difícil de ser enfrentada porque é complicado definir quem é o inimigo a ser combatido.

O Brasil expressa o caso mais bem-sucedido da guerra híbrida, pois representou a destruição de ramos industriais que exportavam tecnologia e eram competitivos no mercado internacional, além de deixar milhões de desempregados (Souza, 2020: 104). Souza reitera neste livro o argumento sobre o caráter corrupto e “vira-lata” da elite brasileira, pois ela reproduz a estrutura colonial e se une a potências estrangeiras como elite funcional para oprimir o próprio povo em termos econômicos e políticos (Souza, 2020: 110).

Souza também retoma a discussão presente em obras anteriores (Souza, 2015, 2016, 2017) sobre o papel central de Sérgio Buarque de Holanda como principal filósofo do “liberalismo conservador brasileiro”, do papel da Universidade de São Paulo (USP) e de categorias como “patrimonialismo” e “populismo” para a reprodução das condições políticas e simbólicas da escravidão.

Após analisar o caso brasileiro, Souza aborda o neoliberalismo e a ascensão da extrema direita nos EUA. Nesse sentido, as promessas não realizadas pelo “neoliberalismo progressista” resultaram na eleição da nova direita representada por Donald Trump (Souza, 2020: 145). Para sustentar sua tese, Souza apresenta os argumentos de Lewis Powell, Michel Joyce e Charles Kock, que foram fundamentais para a revolução reacionária do libertarianismo. Joyce propõe

a estratégia “cabeça de praia” que significa, na “guerra de ideias”, representar as ideias reacionárias como neutras (Souza, 2020: 152). Kock, por sua vez, possui papel central porque propôs uma “linha de produção” das ideias reacionárias do libertarianismo baseada em intelectuais, investimentos em *think tanks*, responsáveis por transformar ideias em políticas públicas e projetos de lei, e a compra de associações de cidadãos que representariam os “movimentos sociais” (Souza, 2020: 154).

A eleição de Donald Trump, por sua vez, foi resultante da união entre o dinheiro de Robert Mercer e as ideias de Steve Bannon. A campanha do presidente americano, feita por Bannon, baseada na propagação de ideias racistas e de nacionalismo econômico, representou a raiz da campanha de Bolsonaro no Brasil (Souza, 2020: 156). Bannon expressou a propagação de um radical discurso de ódio ao Estado interventor e a constituição de um novo populismo de direita (Souza, 2020: 158). Além disso, as *fake news* e o controle da informação significavam a propagação do racismo arcaico pela extrema direita americana. Ao mesmo tempo, a luta política objetivava vencer de qualquer maneira (Souza, 2020: 160).

Como forma de convencimento dos trabalhadores, o antielitismo foi utilizado contra eles, pois as políticas compensatórias eram vistas como problema, além da culpa ser direcionada ao multiculturalismo (Souza, 2020: 162). Segundo Souza (2020: 164), a compreensão fragmentada do mundo é que permite a espoliação das carências contra o próprio indivíduo.

Souza defende o papel decisivo do imperialismo informal americano para o golpe de 2016 que retirou Dilma Rousseff da Presidência da República, pois a Lava Jato funciona como elite funcional do moralismo seletivo e da destruição do projeto de inclusão popular (Souza, 2020: 174). Após defender a relação direta entre a Lava Jato e o imperialismo informal americano, Souza procura demonstrar a similitude entre as ações que elegeram Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil. Primeiro, chama a atenção para a ausência de uma ação do Partido dos Trabalhadores (PT) para informar politicamente a população sobre a importância da variável política. Ao mesmo tempo, sustenta que o processo de inclusão levado a cabo pelo PT tocou no racismo contra a “ralé de novos escravos”, considerada pelo sociólogo como a principal chaga social brasileira. Como consequência, teríamos um racismo de classe que é recoberto pelo racismo racial (Souza, 2020: 177). E, assim como nos EUA, o neoliberalismo identitário será demarcado como a causa dos nossos problemas. Bolsonaro se torna o protagonista da guerra entre os pobres que interrompeu a hegemonia lulista e ainda significou a conquista de parte do apoio dos setores populares:

“Ele coloniza a opressão e o ressentimento popular contra as classes ‘superiores’ em sua luta contra tudo que represente o ‘espírito’: artes, ciência, universidades, cultura, livre pensamento” (Souza, 2020: 186).

Com Bolsonaro, o acordo neocolonial entre a elite brasileira e a americana torna-se ainda mais vantajoso para os americanos, que passam a decidir internamente o processo de dominação (Souza, 2020: 187). A perda das capacidades estatais, portanto, é uma política intencional do bolsonarismo (Souza, 2020: 188). Souza também demarca o papel das redes sociais para o plano neoliberal da extrema direita americana para o país e para o mundo, além do projeto bolsonarista, que representa a tradução do populismo de Bannon para a linguagem miliciano e, desta forma, visando acabar com o que ainda existe de legalidade no país (Souza, 2020: 193).

O livro resenhado tem o mérito de propor uma perspectiva crítica sobre os Estados Unidos, ou seja, sem as idealizações presentes nas interpretações culturalistas e essencialistas sistematicamente criticadas por Jessé Souza em seus trabalhos⁴ (Souza, 2015, 2016, 2017). Ao mesmo tempo, propõe uma estrutura interessante e consistente para análise do papel das ideias na vida cotidiana, fornecendo-nos as condições de demarcar como elas se materializam. Também existe um importante mérito referente à geopolítica do conhecimento, pois Souza produz teoria de alcance global a começar da periferia. Certamente, é um dos elementos mais importantes do livro resenhado.

Souza também apresenta uma análise crítica acerca do papel da ciência, nos mostrando como esta também exerce um papel político decisivo no sentido de legitimar as ações imperialistas. Outro mérito do livro é proporcionar uma abordagem global sobre o Brasil, pois junta-se a importantes trabalhos do sociólogo sobre o país, citados no início desta resenha.

Contudo, o livro resenhado apresenta uma proposição conceitual limitada para compreender o domínio americano, pois é baseada apenas pela dimensão simbólica, ou melhor, pela força das ideias e dos indivíduos que as propagam, reproduzindo uma perspectiva de desdobramento automático das ideias para as ações nos campos econômico e político. Ao mesmo tempo, também apresenta uma perspectiva analítica em que os personagens citados teriam o controle racional total das ações sociais. Como consequência, o papel da contingência, central no mundo globalizado, é descartado como dimensão analítica dos fenômenos sociais. A ausência de uma análise do sistema político faz com que Souza

4 Para uma análise crítica sobre a ruptura de Jessé Souza com as interpretações culturalistas e essencialistas do Brasil, ver Ribeiro (2019).

reporte uma perspectiva reducionista que impossibilita uma crítica aos erros cometidos pelo PT, que também foram importantes para compreender o golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro.

Falta uma abordagem estrutural na teoria de Souza, que forneça condições de analisar os EUA dentro do sistema capitalista global e que possa considerar suas ações de forma concreta. Vou explicar melhor meu ponto. Acredito que a dimensão simbólica é um dos elementos relevantes para demarcar a dominação imperialista exercida pelos EUA, pois não está presente, por exemplo, na tradição marxista. Mas não possui condições, no entanto, de explicar sozinha como ocorre o domínio americano sobre o Brasil. Falta uma análise materialista concreta sobre esse domínio, que poderia ser alcançada por meio do apontamento de dimensões como o PIB americano, o poder comercial e produtivo do país no sistema capitalista global, bem como demonstrar de forma concreta a maneira pela qual a elite econômica exerce o papel decisivo para perpetuar a dependência, ou seja, internamente o domínio do imperialismo.

Apresento algumas perspectivas teóricas que poderiam auxiliar Souza na construção de uma análise concreta e abrangente sobre o domínio e ações do imperialismo sobre o Brasil. O diálogo com a Economia Política Internacional, de Fiori (2020), ofereceria possibilidades para Souza apresentar um retrato macro-histórico e de longa duração para analisar a constituição do poder imperialista americano dentro do sistema capitalista mundial e suas ações no Brasil. O debate com a teoria da dependência de Gunder Frank (1967) daria condições para Souza analisar como o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, gerado pelo sistema capitalista mundial, faz com que a burguesia brasileira tenha papel principal para o domínio do imperialismo (Gunder Frank, 1967: 372). O diálogo com a teoria da dependência na versão de Marini (2005), por sua vez, ofereceria possibilidades para Souza demarcar os efeitos internos do imperialismo, pois poderia observar que, para além do ódio à “ralé de novos escravos”, o capitalismo dependente possui como característica intrínseca a superexploração da força de trabalho. A teoria do sistema-mundo também seria importante para trazer uma perspectiva histórica concreta sobre os ciclos de domínio americano como faz, por exemplo, Wallerstein (2009).

Falta, portanto, economia política e uma análise complexa da estrutura da economia global ao trabalho de Souza. Uma análise histórica densa e estrutural daria condições efetivas para o sociólogo defender o conceito de imperialismo informal, nos moldes que ele formulou, para interpretar as ações e o domínio dos EUA na geopolítica global. Faltou, portanto, uma definição detalhada e plural do imperialismo americano.

Assim, acredito que a proposta de Souza represente mais um importante elemento para interpretar as ações dos EUA, mas que só possui consistência teórica e empírica quando é conectado à tradição marxista, à Economia Política do Desenvolvimento e à Economia Política Internacional que estudam sistematicamente a questão.

Referências

- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984 (1970).
- GUNDER FRANK, André. *Latin America: Underdevelopment or Revolution: Essays on the Development of Underdevelopment and the Immediate Enemy*. New York, Monthly Review Press, 1967.
- FIORI, José Luis. Estado e desenvolvimento na América Latina. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan./abr. de 2020, pp. 01-23.
- IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988 (1973).
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (Orgs.) *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2005, pp. 137-180.
- RIBEIRO, Marcos Abraão. Para além da sociologia da inautenticidade? Um diálogo com Jessé Souza. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 29, mai./aug. 2019, pp. 223-272.
- SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, UFMG, 2006 (2003).
- . *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo, LeYa, 2015.
- . *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. São Paulo, LeYa, 2016.
- . *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo, LeYa, 2017.
- . *A classe média no espelho. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. São Paulo, Estação Brasil, 2018.
- . *A guerra contra o Brasil. Como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2020.
- VIEIRA, Flávia Braga. *Dos proletários unidos à globalização da esperança. Um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina*. São Paulo, Falameda, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. In: MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização: Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro e São Paulo, PUC-Rio e Boitempo Editorial, 2009, pp. 53-78.

Recebido em: 25/05/2020

Aprovado em: 06/10/2020

Como citar esta resenha:

RIBEIRO, Marcos Abraão. O papel dos Estados Unidos na crise brasileira contemporânea: Jessé Souza e o conceito de imperialismo informal. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1489-1499.